



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

MARIA SALETE FERNANDES FORTE

SABERES E PRÁTICAS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

MOSSORÓ

2017

MARIA SALETE FERNANDES FORTE

SABERES E PRÁTICAS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado.

Orientador: Prof^a Ma. Franceliza Monteiro da Silva Dantas.

MOSSORÓ

2017

RESUMO

SABERES E PRÁTICAS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

A presente pesquisa teve como objeto do discurso a inclusão escolar como perspectiva de mudanças sociais e garantia da efetivação dos direitos educacionais dos alunos. A ideia principal do trabalho está baseada na análise dos saberes e práticas desenvolvidas nos anos iniciais do ensino fundamental para inclusão escolar dos educandos com necessidades especiais. A pesquisa foi realizada com professores que atuam em turmas do ensino fundamental na cidade de Brejo do Cruz-PB, com o intuito de pesquisar através da ação do docente, se esses alunos vivenciam na prática a verdadeira inclusão. Para tanto, foi empregada uma abordagem metodológica qualitativa de cunho exploratório, vivenciadas no cotidiano desses docentes. A produção das informações contidas na pesquisa atravessa questões educacionais, profissionais e sociais. Sua importância encontra-se na revelação do discurso da inclusão educacional como garantia de direitos das crianças especiais, na prática pedagógica e nos saberes dos professores, uma vez que pessoas com necessidades especiais precisam garantir a efetivação de seus direitos, bem como sobre a aquisição do conhecimento contribuindo para uma melhor qualidade de vida no futuro dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Verificou-se que a inclusão escolar contribui tanto para os educadores que necessitam de formação, mudança de práticas e novos saberes, como para as crianças que possuem direitos que devem ser respeitados e cumpridos sem distinção. Concluindo, a inclusão ainda não acontece em sua totalidade nas instituições de ensino, e para que isso ocorra, é preciso professores capacitados, especializados e com formação continuada contínua para estarem preparados para a realidade diária que se deparam em sala de aula criando mecanismo de trabalho com fundamentação teórica e ações pedagógicas eficazes e inclusivas.

Palavras-chave: EDUCAÇÃO; INCLUSÃO; NECESSIDADES ESPECIAIS.

ABSTRACT

KNOWLEDGE AND PRACTICES OF INCLUSION IN SCHOOL EDUCATION

This research has as an object of discourse inclusive education as a perspective of social change and ensuring the effectiveness of the educational rights of students. The main idea of the work is based on analysis of knowledge and practices developed in the early years of elementary school to school inclusion of students with special needs. The research was conducted with teachers working in elementary school classrooms in the Brejo do Cruz-PB, with the intention of researching through the action of the teacher, if these students experience in practice the true inclusion. For this, we employed a methodological approach of qualitative exploratory, these lecturers experienced in everyday life. The production of the information contained in the research issues through educational, professional and social. Its importance lies in the revelation of the discourse of educational inclusion as a guarantee of rights of special children, teaching practice and knowledge of teachers, since people with special needs need to ensure the enforcement of his rights, as well as on the acquisition of knowledge contributing to a better quality of life in the future of the subjects involved in the research. It was found that the school inclusion contributes both to educators who need training, changing practices and new knowledge, and for children who have rights that must be respected and enforced without distinction. In conclusion, adding yet happens in its entirety in educational institutions, and for that to happen, we need qualified teachers, specialized and continuing education continuing to be prepared for the reality they face daily in the classroom creating working mechanism with theoretical and pedagogical actions effective and inclusive.

Keywords: EDUCATION; INCLUSIO; SPECIAL NEEDS.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 FUNDAMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO	09
2.1 Inclusão: O que é?	09
2.2 Inclusão no contexto internacional	10
2.3 Declaração de Salamanca (1994)	10
2.4 Inclusão no Brasil	11
2.5 Inclusão na sala de aula	12
3 PERCURSO METODOLÓGICO	13
3.1 Pesquisa de Campo	13
3.2 Caracterização da Pesquisa	13
3.3 Os Sujeitos da Pesquisa	14
3.4 Instrumento de Coleta de Dados	14
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	16
4.1 Análise do Questionário	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20

1 INTRODUÇÃO

Apesar de vivermos numa sociedade globalizada, tecnológica, avançada, muitos cidadãos não conseguem fazer valer seus direitos nem terem as mesmas oportunidades na vida, no trabalho e estudo. Esse aspecto precisa ser repensado, e a educação formal necessita ofertar um ensino inclusivo, que respeite e trabalhe as diferentes necessidades e situações de seus educandos, de modo a garantir uma melhor qualidade de vida e equidade social.

Contudo, ao ficarmos ciente dessa realidade, no âmbito escolar precisamos refletir sobre a prática para que portadores de necessidades especiais possam ser beneficiados e, assim, possam ter acesso à inclusão escolar e social.

Com isso, pensou-se no tema sobre os “Saberes e práticas da inclusão na educação escolar”, tratando principalmente da educação especial no âmbito escolar, por haver uma contradição sobre o que incluir com base em um atendimento diversificado, consequentemente está ocorrendo à exclusão desse alunado, pois, no momento em que ele se ausenta para um atendimento específico demonstra que sua educação é diferenciada.

Ao pensar na educação especial no sentido de inclusão, tem ocasionado várias indagações, e preocupações, pois requer uma série de mudanças, principalmente na metodologia de ensino, a qual se deve considerar a realidade de cada educando.

Nas práticas não disciplinares do ensino predominam a experimentação, a criação, a descoberta, a coautoria do conhecimento. Essas práticas estão voltadas para o ensino de assuntos de interesses da turma. Nelas os conteúdos disciplinares não são fins em si mesmos. As escolas que aderem à inclusão são espaços que pensam e valorizam para uma educação voltada à construção de personalidades humanas, educando alunos para a autonomia, tornando-os seres pensantes e críticos incentivando-os a viver e conviver com as diferenças em toda comunidade escolar.

Nesse contexto, o referido trabalho vem salientar sobre as práticas de ensino na educação inclusiva, nas quais, predominam um ensino não individualizado, ou seja, uma aprendizagem coletiva para os alunos com necessidades especiais, de modo que ele seja aplicado de forma dinâmica e significativa para o educando.

Quando se fala em inclusão significa uma educação igualitária em todos os âmbitos sem pensar em diferenciar o método de ensino, seja por série ou nível de aprendizagem. Mas, a realidade é que no caso dos portadores de necessidades especiais eles são encaminhados às classes ou escolas especiais alegando que há inclusão para todos onde na verdade acaba ocorrendo à exclusão desses educandos.

A educação inclusiva requer uma amplitude para novos conceitos que tem como finalidade tornar a educação ao alcance de todos, combatendo alguns males existentes na sociedade como: preconceitos aos povos e a diversidade cultural.

A inclusão, em termos gerais, constitui uma ação ampla, sobretudo em um contexto social em que há diferenças sociais muito grandes. Para isso, propõe-se uma educação de qualidade a todos. Nessa ideia de “todos”, incluem-se principalmente as pessoas com necessidades especiais.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo analisar os saberes e práticas dos professores voltados para inclusão dos alunos com necessidades especiais dos anos iniciais do ensino fundamental.

A pesquisa justifica-se devido à importância de incluir todas as crianças no âmbito escolar, principalmente, as com necessidades especiais, visto que, muitos docentes não utilizam práticas inclusivas, o que impossibilita a real inserção e oportunidades de aprendizagem para os educandos. Portanto, a inclusão é um tema de grande relevância para contribuir no avanço da melhoria educacional.

A educação especial na perspectiva inclusiva faz valer os direitos à educação de qualidade, oportunizando uma melhor participação de todos. Para isso, as escolas devem adotar um currículo que seja efetivo dando respostas positivas a grande diversidade de necessidades especiais existentes nas escolas, onde possa garantir que todas as crianças, jovens e adultos tenham direito a educação sem exceção, que seja de qualidade e garanta que os alunos aprendam.

Desse modo, de acordo com o Portal do Ministério da Educação – MEC (2013), “o direito à educação é também o direito a se desenvolver plenamente como pessoa, respeitando a cada um pelo que é, e reconhecendo sua liberdade e autonomia” e “para garantir a aprendizagem e a participação de todos os alunos, é necessário um trabalho colaborativo entre professores, entre professores e pais, entre professores e especialistas”.

2 FUNDAMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

2.1 Inclusão: O que é?

Quando se pensa em inclusão, logo nos remete a palavra incluir, chamar. Neste contexto, a palavra inclusão elabora-se um sentido mais amplo, que nos dá a capacidade de compreender e reconhecer o outro, e assim ter o privilégio de conviver e trocar experiências com aquele que é diferente de nós.

Na inclusão, o foco, o primordial é que haja uma transformação na educação comum quebrando barreiras ou paradigmas que limitam o aprendizado e a participação de inúmeros alunos com deficiência ou de outros alunos com necessidades educacionais.

Segundo GUIJARRO (2005, p. 9):

O direito à educação não significa somente acesso à ela, como também, que ele seja de qualidade e garanta que todos os alunos aprendam. O direito à educação é também o direito a aprender e desenvolver-se plenamente como pessoa. Para que isso seja possível é fundamental assegurar a igualdade de oportunidades, proporcionando a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais.

Ao falar de igualdade e de oportunidades, implica que todos os alunos possam ter o acesso ao mesmo aprendizado participando de todas as atividades propostas em sala de aula e também fora dela. Dessa forma a inclusão possibilita um grande ganho a todos que dela compartilha, pois, ensina a conviver com as diferenças e de forma intencional a valorização do outro, ensina que todos são iguais apesar de suas diferenças e limitações.

Como coparticipantes do processo de inclusão assim como os educadores, os familiares de alunos com deficiência tem por dever fazer-se membro importante para a construção da inclusão, eles devem ser os primeiros a assegurar a criança com deficiência o direito de igualdade. Como ponto de partida os pais por serem os responsáveis devem primeiro aceitar tal deficiência da criança para que a escola juntamente com outros órgãos competente possa contribuir para o processo de inclusão.

Portanto, sabe-se que incluir aquele que, muitas vezes, a sociedade julga imperfeito e com pouca utilidade não é tarefa fácil, mas, deve-se sempre olhar no âmbito de que todos têm

os mesmos direitos, e é a sociedade e principalmente a escola que tem de fazer valer esses tais direitos.

2.2 Inclusão no contexto internacional

Durante muitos anos as pessoas que não eram consideradas “normais”, que para a sociedade apresentavam alguma “anormalidade” eram escondidas e segregadas a uma vida de exclusão, desprezo e descaso, sem direitos e oportunidades de viver em sociedade. As pessoas com necessidades especiais são consideradas incapazes, ineficientes, problemáticas, e isso ocorreu não só no Brasil, mas, sim, em todo o mundo gerando um mundo de pessoas com aversão aos diferentes, sem respeitá-los nem pensar em suas condições de vida e direitos a serem garantidos.

Contudo, esse quadro internacional de despreparação, preconceito e não cumprimento de direitos teve que ser mudado e repensado, pois, foi preciso o compromisso com a construção de sistemas educacionais inclusivos, sendo elaborados documentos orientadores no âmbito internacional.

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas produziu vários documentos norteadores para o desenvolvimento de políticas públicas de seus países membros. O Brasil, enquanto país membro da ONU e signatário desses documentos, reconhece seus conteúdos e os tem respeitado, na elaboração das políticas públicas internas (ARANHA, 2004, p. 14).

Com base no contexto acima, sabe-se que foi a partir da junção dessas nações com o mesmo objetivo em promover uma melhoria para essas pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, que surgiram as novas políticas públicas, no qual fossem implementada de forma efetiva, e que garantisse a devida inclusão social.

2.3 Declaração de Salamanca (1994)

Em junho de 1994, em Salamanca, na Espanha, foi realizada pela UNESCO, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO discutindo sobre a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais. Vários países participaram, dentre eles, o Brasil declararam inúmeros direitos e essa declaração se dirigiu a todos os governos, incitando-os a:

- Dar a mais alta prioridade política e orçamentária à melhoria de seus sistemas educativos, para que possam abranger todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais;
- Adotar, com força de lei ou como política, o princípio da educação integrada, que permita a matrícula de todas as crianças em escolas comuns, a menos que haja razões convincentes para o contrário;
- Criar mecanismos descentralizados e participativos, de planejamento, supervisão e avaliação do ensino de crianças e adultos com necessidades educacionais especiais;
- Promover e facilitar a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiência, no planejamento e no processo de tomada de decisões, para atender a alunos e alunas com necessidades educacionais especiais;
- Assegurar que, num contexto de mudança sistemática, os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender às necessidades educacionais especiais, nas escolas integradoras (MATTOS, 2008, p. 16-17).

Essas foram algumas conquistas para melhorar a educação das crianças com necessidades especiais, uma vez que a Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Criança analisou a situação mundial da criança e estabeleceu metas a serem alcançadas (MATTOS, 2008).

2.4 Inclusão no Brasil

Segundo Aranha (2004), o Brasil é signatário de documentos internacionais que definem a inserção incondicional de pessoas com deficiência na sociedade – a chamada inclusão. Muito mais do que uma ideia definida com entusiasmo por profissionais de diversas áreas, desde de 1990, a construção de sociedades inclusivas, nos mais diferentes pontos do planeta é meta do que se pode chamar de movimentos pelos “direitos humanos de todos os humanos”.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases em 1996, refere-se sobre estar “preferencialmente” incluída, mas também haverá quando necessários serviços de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades, e que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas do aluno não for possível sua integração nas classes de ensino regular (SEEDSP, 1994).

Segundo Morim (2001, p.520), “é importante a escola oportunizar vivências capazes de construir a realidade do igual, para valorizar a diferença, acreditando na diversidade da vida. Valorizar a individualidade e a dignidade de cada ser humano que traz em si a

individualidade ordinária”. E é “[...] uma pessoa única, isto é, todos somos diferentes, diversos em nosso próprio meio, seja este qual for. Cada ser tem seu ritmo, sua maturação, seus movimentos de vida e de aprendizagem” (IMBERMÓN, 2000, P.82).

No entanto, sabe-se que a inclusão daquele indivíduo que apresenta alguma deficiência ou por outro motivo que leva a inclusão à sociedade, veio para quebrar paradigmas e preconceitos absurdos que tanto fere a dignidade humana. Com isso a inclusão favorece tanto quem é excluído como também quem exclui, pois leva a refletir que as oportunidades devem ser para todos e que são diante das diferenças que encontramos a igualdade.

2.5 Inclusão na sala de aula

A inclusão tem levado as escolas a entrarem em pontos de reflexão e de modo especial os educadores das mais diferentes áreas de atuação. Para tanto, são diversos os fatores que contribuem para tais discussões, entre elas se acentua os movimentos pela presença efetiva das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais nas turmas regulares, isto é, na educação comum.

Em relação ao ambiente escolar favorável à inclusão, SOODAK (2003, p. 327),

Faz referência ao desenvolvimento de estratégias para melhorar a qualidade global do ambiente da sala de aula para acolher os alunos com deficiência. Essas estratégias contemplam a organização de um ambiente no qual os alunos se sentem acolhidos, seguros e apoiados. Suas principais sugestões são: criar uma comunidade inclusiva, promover o sentimento de pertença, facilitar a aproximação das crianças, favorecendo a amizade entre os alunos, desenvolver a colaboração entre todos da escola.

Para que a sala de aula se torne um ambiente inclusivo é pertinente que o professor como regente dessa turma seja capaz de aplicar metodologias de acordo com a especificidade de seus alunos promovendo a interação entre todos. Deste modo, a classe de ensino regular passa a se tornar um agrupamento, onde cada aluno deve contribuir com o processo de ensino-aprendizagem construindo o seu conhecimento dentro de suas possibilidades.

Como a inclusão de todos, parte do pressuposto que não se deve diferenciar o ensino, é necessário que o professor deixe de utilizar os mais conhecidos e usados recursos didáticos pedagógicos básicos. O processo de inclusão requer métodos, onde esses alunos possam colaborar, interagir e construir ativamente conceitos e valores. É preciso que o aluno carregue dentro de si o sentimento da inclusão.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 Pesquisa de Campo

A pesquisa realizada é exploratória. Em muitos casos a pesquisa exploratória, consiste como primeiro passo para uma investigação de um determinado assunto. Ela tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas na formulação de problemas mais precisos. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudo de caso (SEVERINO, 2002).

O campo de pesquisa é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Terezinha Garcia Pereira, a instituição conta com um quadro de 53 funcionários, sendo 35 professores. A escola contempla os seguintes segmentos: Educação Infantil, Ensino Fundamental dos anos iniciais e finais, EJA e uma Sala Multifuncional que atende as crianças com necessidades especiais da rede municipal. A supracitada atende aproximadamente 620 alunos.

Desenvolveu-se uma pesquisa de campo onde, visto que será analisada apenas uma escola da rede municipal dos anos iniciais com relação à inclusão escolar. Sobre isso, Severino (1941, p. 121) coloca que a “pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerando representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”.

3.2 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa se caracteriza como empírica por apresentar dados referentes às atitudes comportamentais de estudantes de uma escola da rede pública do município de Brejo do Cruz – PB. Refere-se a uma pesquisa de campo, também chamada de pesquisa aplicada, que na concepção de Severino (2007, p.123):

O objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (*surveys*), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos.

Ao adquirir informações através da coleta de dados a cerca de um problema no ambiente em que o fenômeno ocorre, a pesquisa de campo proporciona ao pesquisador uma visão mais ampla, contudo não lhe permite manuseio nem interferência.

A pesquisa conta com dados reais sobre os saberes e práticas da inclusão da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Terezinha Garcia Pereira¹, almejando verificar se realmente está incluindo os educandos nesta instituição.

A investigação trata do tema através de uma abordagem qualitativa em que predomina a análise dos dados, interpretando-os, descrevendo-os e os classificando-os a luz de teorias que fundamentam a inclusão.

A coleta de dados deu-se por meio da aplicação de um questionário direcionado aos professores do Ensino Fundamental I da E. M. E. I. Prof.^a Terezinha Garcia Pereira do município de Brejo do Cruz – PB, sendo composto de 10 questões objetivas e subjetivas almejando o posicionamento dos pesquisados.

3.3 Os Sujeitos da Pesquisa

Participam do estudo 06 professores, da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Terezinha Garcia Pereira de Brejo do Cruz - PB, situada a Rua Antônio Dutra de Almeida s/n, Centro, na cidade de Brejo do Cruz – PB.

A pesquisa será realizada com os professores dos anos iniciais do ensino fundamental, sendo escolhidos professores que lecionam em turmas com alunos especiais, contudo, por questões éticas seus nomes não serão divulgados, denominando-os participantes com nomes fictícios. **Ana, Rita, Júlia, Mara e Clara.**

O número de participante está relacionado a uma amostragem do total de professores que lecionam na instituição.

3.4 Instrumento de Coleta de Dados

Utiliza-se para coletar dados os instrumentos de pesquisa o questionário que é um “conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre

¹ A instituição de ensino Escola Municipal do Ensino Fundamental Professora Terezinha Garcia Pereira, no uso de suas atribuições emitiu um termo de aceite a mim Maria Salete Fernandes Forte, concedendo divulgar o nome da instituição no referido trabalho acadêmico.

os assuntos em estudo” (SEVERINO, 1941, p. 125). E ainda utiliza a observação, “procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados. É etapa imprescindível em qualquer modalidade de pesquisa” (SEVERINO, 1941, p. 125), a qual permite o confronto de informações e a verificação da veracidade dos dados coletados.

Os procedimentos metodológicos ocorreram em quatro etapas. Ao anteceder a primeira etapa foi realizada uma revisão bibliográfica, a fim de obter um referencial teórico, para que haja um embasamento sobre o assunto em estudo no qual se refere aos saberes e prática da inclusão. É primordial para qualquer trabalho científico essa prática da pesquisa bibliográfica, uma vez que o pesquisador precisa conhecer a fundo e inteirar-se de dados para que posteriormente possa produzir um bom trabalho.

A primeira etapa realizou-se através de entrevistas com professores das salas selecionadas a fazerem parte do objeto de conhecer a rotina de atividades desenvolvidas pelos alunos com necessidades especiais.

Na segunda etapa, realizou-se uma coleta de dados junto a uma parte do corpo docente da instituição composta por 06 professores do Ensino Fundamental I, utilizando-se de um questionário com questões abertas e fechadas, na busca de colher dados referentes à clientela de alunos com necessidades especiais, e como a instituição acolhe a proposta de inclusão.

Na terceira etapa, já com os dados obtidos sobre informações necessárias sobre o assunto em estudo, foi realizada uma observação em salas de aula da participação e desempenho dos alunos quanto ao conteúdo, e práticas pedagógicas exercida em sala de aula por parte do professor.

Em seguida, foi realizada a quarta e última etapa da pesquisa que envolveu a análise dos dados obtidos e supostas comparações diante do que foi dito pelos professores e observado por parte do pesquisador sobre os saberes e práticas da inclusão.

Os participantes da pesquisa se dispuseram voluntariamente a participarem, foram orientados a responder de forma clara e espontânea, a fim de proporcionar ao pesquisador a compreensão e análise dos dados obtidos. A pesquisa foi destinada a 06 professores do Ensino Fundamental I de 1º ao 5º ano da referida escola.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste tópico, abordam-se os resultados referentes à pesquisa intitulada, “Saberes e Práticas da Inclusão” – onde se tem a oportunidade de avaliar se a prática dos docentes, da instituição em estudo é vista na perspectiva da inclusão, a qual contou com a participação de 06 (seis) professores do Ensino Fundamental I. Utilizou-se como instrumento para a coleta de dados um questionário contendo 05 (cinco) perguntas no total, das quais 01 (uma) era questão fechada, que deveria ser justificada de acordo com a realidade vivenciada pelo participante. E as outras quatro foram abertas.

O questionário como instrumento para análise de dados, foi de suma importância, sendo que o mesmo possibilitou ao acesso de informações que não puderam ser vivenciadas pelo pesquisador.

Apresenta-se a seguir os resultados obtidos na pesquisa, mantendo o anonimato dos participantes por razões éticas.

4.1 Análise do Questionário

Levando em consideração as informações obtidas dos seis professores participantes da pesquisa com o preenchimento do questionário, podem-se expor os dados coletados e fazer uma análise mais profunda do objeto de estudo.

No que se refere à descrição dos participantes todos são do sexo feminino, um participante tem entre 18 a 25 anos, outro tem entre 26 à 35 anos e os quatro tem mais de 35 anos. Em relação à formação, dois dos participantes estão cursando pedagogia, enquanto, os demais possuem Licenciatura Plena em Pedagogia, e entre eles há um, o de menos idade, está cursando mestrado na área de educação. Todos sempre atuaram nas séries do 1º ao 5º ano.

De acordo com a descrição dos participantes percebe-se que há uma predominância em relação à idade e ao tempo de serviço elevado, como também a formação adequada para exercerem a atividade docente, e experiência em trabalhar com o Fundamental I, a qual consequentemente, lhes confere habilidade e/ou prática para lidar com a realidade de uma sala de aula e ter uma noção sobre as práticas educativas na perspectiva da inclusão.

Com relação à segunda parte do instrumento de coleta de dados da pesquisa, indaga-se ao educador “**O que você entende por inclusão?**” Dos seis participantes que responderam o questionário, percebe-se que em síntese, todos participantes souberam conceituar a inclusão.

A outra pergunta do instrumento de coleta de dados questionava o educador: **“Você enquanto educador promove a inclusão escolar?”** Todos os participantes assinalaram que dentro das possibilidades promove a inclusão.

Analisando a importância da formação do docente frente às necessidades educacionais dos educandos, para propor um ensino de qualidade a todos, foi indagado no questionário se o educador **“Possui formação adequada para lecionar na perspectiva da inclusão?”** Dos seis participantes quatro responderam que não possui formação adequada para lecionar na perspectiva da inclusão. Diante das respostas descritas pelos participantes, observa-se que apesar dos professores desenvolverem atividades que se caracterize como inclusão, porém, a maioria não possui formação adequada que envolva a teoria à prática para que os participantes possam exercer com autonomia e confiança sua atividade de docente na perspectiva da inclusão. Conforme as respostas apresentadas pelos professores, nota-se que a prática dos professores docentes é de ação inclusiva, sempre procurando contribuir para o crescimento do processo de inclusão. Mas, sempre com a ressalva de que é necessário haver grandes mudanças e aprimoramento em relação à prática, favorecendo o trabalho do docente como também aos alunos.

Pesquisando a importância das práticas docente em relação à inclusão e atuação dos educadores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Terezinha Garcia Pereira, frente a essa temática sugerimos que marcasse a alternativa mais conveniente ao enunciado. **“As práticas docentes nos anos iniciais do ensino fundamental são desenvolvidas na perspectiva da inclusão?”** Dos seis participantes da pesquisa quatro assinalaram que as práticas docentes são desenvolvidas no âmbito da inclusão.

Finalizando o questionário indaga: **“Que sugestões você daria para os docentes permitirem que aconteça a inclusão na escola?”** Dos participantes que responderam o questionário todos em sua maioria deram como sugestão uma melhor formação para que os docentes possam adquirir conhecimentos permitindo que aconteça a inclusão na escola.

Encaminhando para o encerramento do questionário, de acordo com as respostas dos participantes, observa-se que dentre as respostas dadas pelos professores, prevaleceu uma melhor formação em relação à inclusão para que se consolide uma prática mais eficaz baseada em estratégias de ensino que condiz com a realidade de cada educando.

Frente a este contexto MANTOAN (2007, p. 46) comenta que:

Novas práticas de ensino proporcionam benefícios escolares para que todos os alunos possam alcançar os mais elevados níveis de ensino, segundo a

capacidade de cada um, como garante a constituição. No intuito de entender melhor o que a inclusão representa na educação escolar de todo e qualquer aluno e, especial para os que tem deficiências, é preciso esclarecer o que as escolas comuns que adotam um paradigma inclusivo defendem e priorizam e em que precisa mudar para se ajustarem a ele.

Para que essas novas práticas de ensino possam caracterizar-se como inclusão é necessário o educador, como foi citado pela maioria dos participantes que contribuíram eficazmente com o questionário, possa se apoderar de verdadeiras estratégias de ensino onde o professor tenha a consciência de estar desenvolvendo um trabalho de qualidade dentro dos reais padrões que a inclusão sugere.

Apesar da maioria dos participantes terem assinalado que ensina na perspectiva da inclusão, sabe-se que não somente esses participantes, mas os demais de qualquer instituição escolar ainda precisam passar por formações continuadas, tanto em relação às instituições como também seus docentes. MANTOAN (2007, p. 45), expressa com clareza esse aspecto:

A maioria das escolas ainda está longe de se tornar inclusiva. O que existe em geral são escolas que desenvolvem projetos de inclusão parcial, os quais não estão associados a mudanças de base nestas instituições e continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados.

Adaptar a escola na perspectiva da inclusão exige trabalho e dedicação de todos que estão envolvidos ou inseridos neste contexto.

Podem-se destacar algumas prioridades para favorecer essas mudanças institucionais como, colocar no eixo central a aprendizagem, porque ela foi criada para que todos os alunos aprendam a verdade, e fazer com que essa aprendizagem seja construída de forma efetiva e significativa.

Como também, garantir o atendimento Educacional Especializado, dando ênfase à cooperação, a solidariedade, a criatividade, entre outros; estimular o educador, promovendo formação continua valorizando-o sempre.

Como sabemos a inclusão não parte somente do professor, mas é dele a tarefa fundamental, pois a aprendizagem é medida através desse profissional.

Acredita-se que, o processo educacional capaz de promover uma melhor qualidade de vida a todos está intrinsecamente ligado a uma articulação permanente entre todos que fazem a escola e a sociedade em geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central que motivou e orientou o pensamento exposto neste estudo diz respeito a uma reflexão sobre os “Saberes e Práticas da Inclusão” dos docentes da instituição em estudo, onde se foi analisado se a referente escola e seus docentes são norteados com base em uma prática voltada para a perspectiva da inclusão. Para esse fim utilizou-se instrumento de pesquisa para se obter informações precisas referente ao tema do projeto.

Ao fazer uma análise sobre os resultados obtidos, conclui-se que os docentes a qual participaram de forma voluntária e eficaz, parcialmente promovem a inclusão. Como também, a pesquisa demonstra que os professores tem a plena consciência da carência de formação para atender as expectativas da inclusão.

Na prática, sabe-se que o processo de inclusão exige trabalho e dedicação, e principalmente recursos disponíveis para se trabalhar as diferentes capacidades e/ou necessidades das crianças. Como também formação adequada aos professores e suporte a esses educadores de professores especializados na área, pois, apesar de formação pedagógica para a atuação de atividades, faz-se necessário o acompanhamento desses profissionais agindo em articulação com os professores da sala regular. Para diagnosticar tais necessidades educacionais.

É importante considerar que o presente trabalho serviu para uma considerável apropriação dos conhecimentos teóricos em relação à inclusão, como também, analisar como são desenvolvidas as práticas metodológicas no contexto social em que estou inserida.

Com base no que foi discutido neste trabalho, é sugerido que as instituições de ensino, compostas por educadores, gestores e sociedade, andem de mãos dadas com um único objetivo comum: a educação inclusiva nas escolas regulares de ensino, uma vez que os benefícios que provém da inclusão, que é a convivência com as diferenças que são incalculáveis para o desenvolvimento de todos que aderem à inclusão e principalmente dos educandos portadores de necessidades educacionais especiais, buscando recursos pedagógicos adequados que facilitem o acesso e a efetiva aprendizagem, como também buscar parceria com equipe de multiprofissionais do município, de modo a apoiar e dar suporte aos problemas surgidos no decorrer das aulas, utilizarem currículo multicultural e inclusivo para atender a diversidade dos educandos na sala de aula.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Salete Fábio (Org.). **Educação Inclusiva:** Fundamentação Filosófica/Coordenação Geral SEESP/MEC. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2004.V.1.
- GUIJARRO, Maria Rosa Blaco. **Inclusão:** um desafio para os sistemas educacionais. **Ensaios Pedagógicos** – construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC, SEESP, 2005.
- MATTOS, Leila Couto. **Políticas Públicas Educacionais.** Disponível em: [HTTP://www.ines.org.br/paginas/políticas.htm](http://www.ines.org.br/paginas/políticas.htm). Em: 31/03/2008. Acesso em 25/05/2013.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação Inclusiva.** Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas. SEESP/SEED/MEC. Brasília/DF, 2007.
- MEC. Ministério da Educação. **CNE/CNB, 2001.** Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/ensaiospedagogicos.txt. Acesso em: 30/05/2013.
- MEC. Ministério da Educação. **PNE, 2001.** Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/ensaiospedagogicos.txt. Acesso em: 30/05/2013.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 4. ed. São Paulo:Cortez, 2001.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
- SEVERINO. A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 22. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SOODAK, L. C. Classroom Management in Inclusive Settings. **Theory into Practice.** v. 42, n. 4, Autumn 2, 2003.